



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

### Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente

# A RELAÇÃO COMPLEMENTAR/DIALÉTICA ENTRE A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO BRASILEIRO<sup>1</sup>

ANTONIO SOARES ROCHA NETO <sup>2</sup>

## RESUMO

Para além da falsa positividade e hierarquização entre raça e classe, este artigo, com base no marxismo, consiste em analisar a interpenetração entre superexploração e racismo no capitalismo brasileiro. O argumento central é que o capitalismo se particulariza no Brasil em uma formação social brasileira que têm seu núcleo na dependência, que a coloca em uma posição subordinada no mercado mundial capitalista no âmbito econômico, especialmente mediante transferências de valor por intercâmbio desigual. Tais transferências são compensadas internamente pela superexploração da força de trabalho nacional, que só se objetiva pela mediação material e simbólica do sistema de classificação racial vigente no âmbito das relações sociais, que funciona como mecanismo de rebaixamento geral da força de trabalho no país. Conclui-se que a racialização das relações sociais na sociedade brasileira é determinante, e também determinada, em relação ao fenômeno da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente nacional.

**Palavras-chave:** Raça e classe; capitalismo dependente; racismo; formação social brasileira; superexploração da força de trabalho.

## ABSTRACT

Rejecting the false opposition and hierarchy between race and class, this article, based on Marxism, consists of analyzing the interpenetration between superexploitation and racism in Brazilian capitalism.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

The central argument is that capitalism is particularized in Brazil in a Brazilian social formation that has its core in dependence, which places it in a subordinate position in the capitalist world market in the economic sphere, especially through transfers of value through unequal exchange. Such transfers are internally compensated by the overexploitation of the national workforce, which is only achieved through the material and symbolic mediation of the racial classification system in force within social relations, which functions as a mechanism for the general demotion of the workforce in the country. It is concluded that the racialization of social relations in Brazilian society is determinant, and also determined, in relation to the phenomenon of super-exploitation of the workforce in national dependent capitalism. It is concluded that the racialization of social relations in Brazilian society is conditional and conditioned by the phenomenon of super-exploitation of the workforce in national dependent capitalism.

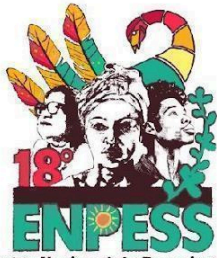
**Keywords:** Race and class; dependent capitalism; racism; Brazilian social formation; superexploitation of the workforce.

## Introdução

O impasse entre o significado da relação entre classe e raça ainda tem grande impacto teórico e político na investigação dos problemas sociais do capitalismo contemporâneo, bem como nos encaminhamentos práticos que os partidos e movimentos sociais delineiam para uma efetiva intervenção na realidade. No século XX, marcado pela emergência e consolidação de experiências socialistas durante a maior parte dos anos, a “questão social” fincada na dimensão classista, isto é, orientada para a crítica estrutural aos antagonismos provenientes da estrutura econômica que gera classes sociais em lutas, conseguiu a centralidade nos debates e na prática política. Por outro lado, a partir da derrocada do socialismo real, a perspectiva teórica pós-moderna assumiu hegemonia, conferindo à cultura e à identidade a proeminência nos debates teóricos e políticos sobre a “questão social” (Fraser; Jaeggi, 2020).

Nos debates sobre a formação social brasileira, a oposição entre classe e raça na apreensão das determinações específicas das relações sociais no país acarretam em óbices à escavação e apreensão teórica dos mecanismos concretos que dão a fisionomia da natureza autoritária, opressiva e superexploratória do capitalismo no Brasil.

Nesse contexto, em oposição ao “dilema raça ou classe”, esse artigo objetiva discutir as conexões entre os dois eixos de exploração e opressão na conformação do capitalismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dependente brasileiro, destacando o racismo como mediação na reprodução da superexploração da força de trabalho no capitalismo brasileiro. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica qualitativa, orientada pelo marxismo como quadro de referência, em especial contribuições significativas de Clóvis Moura (2020), Lélia Gonzalez (2020) e Ruy Mauro Marini (2022), dentre outros, na investigação da realidade brasileira. O resultado desta pesquisa está dividido em três momentos: I. A discussão sobre a falsa oposição entre raça e classe; II. A dependência e a superexploração como traços característicos e fundamentais da formação social brasileira capitalista; III. A articulação dialética e complementar do racismo como veículo da reprodução da superexploração da força de trabalho no Brasil.

### **1. Marxismo vulgar e crítica pós-moderna: raça ou classe?**

A fim de iniciar a discussão, é importante tecer os fundamentos do falso dilema entre raça e classe no campo da teoria social, tomando como referência o marxismo vulgar economista e a crítica pós-moderna culturalista e/ou identitariusta.

No decorrer do século XX, o campo marxista, arcabouço teórico por excelência da crítica classista à sociedade capitalista, ainda que não desconsiderasse os efeitos perversos do racismo e do colonialismo na ordem capitalista, falhou, em grande parte de suas análises teóricas, no devido dimensionamento do fenômeno da racialização das relações sociais. Em sua perspectiva, a raça era relegada à instância superestrutural ideológica responsável por dividir a classe trabalhadora na sua luta econômico-política contra o capital. Sobre essa chave de leitura, Lélia Gonzalez (2020, p.32) afirma:

Aqui, a categoria “raça” acaba por se diluir numa temática econômica (economicista, melhor dizendo), uma vez que a discriminação não passa de um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado. A solução seria a aliança entre trabalhadores de diferentes raças.

Essa chave economicista, conseqüentemente, tem o equívoco de transpor a questão racial para o campo estritamente ideológico, da manipulação da classe trabalhadora, de modo que deixa escapar a realidade prática da raça na vida dos sujeitos racializados negativamente por cláusulas sociais de exclusão/discriminação, principalmente no que toca os baixos salários, precarização, à violência cotidiana a que estão expostos, etc.

Segundo Nancy Fraser (2020), a conjuntura do século XX de fortalecimento da classe trabalhadora, tanto no sistema socialista, como nos países capitalistas avançados por meio da ascensão política da social-democracia, gerou nesta última uma aliança entre a mercantilização e a proteção social em prejuízo das demandas emancipatórias, das quais se destaca o antirracismo, o feminismo e os direitos dos LGBTQ+.

Com o furacão global de 1968 contra as promessas da modernidade, e com a crise do marxismo após a derrocada da União Soviética, a crítica pós-moderna, em resposta a essa visão vulgar, unilateral, que perde de vista a dimensão prática do racismo em prol da centralidade da classe, se abre à compreensão alteridade e da diferença dos sujeitos (Harvey, 1992) e tem o mérito de trazer ao debate e à política a voz das minorias (negros, mulheres, LGBTQ+), porém ao mesmo tempo, rejeita o marxismo e sua perspectiva totalizante que, em sua vertente tradicional e vulgar, escamoteia ou secundariza as opressões na sua crítica.

Aníbal Quijano (2005), teórico decolonial, nesse sentido, vai caracterizar a raça, constructo mental da modernidade, como o critério primário de distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da sociedade capitalista, o que vai de encontro com a alegada primazia da classe e da distribuição de classes do marxismo tradicional vulgar.

Essa transformação é caracterizada por Nancy Fraser (2002), condicionada pelo contexto de globalização e domínio absoluto do capitalismo no mundo, por uma nova gramática de reivindicação política centrada nas lutas por reconhecimento (demandas de identidade e diferença contra a exclusão social). A contraparte desse processo, segundo a mesma autora, é o progressivo declínio da política de classe, orientada para a redistribuição do produto social.

Para Dennis de Oliveira (2021), o pós-modernismo, ao excluir a crítica sócio-histórica e estrutural ao capital, transfigurou as demandas legítimas e revolucionárias das camadas oprimidas na gelatina do multiculturalismo, o que resulta na restrição da crítica à dimensão cultural, poupando as estruturas materiais fundamentais da sociabilidade capitalista.

O que se vê dessa problemática é que, tanto por parte do marxismo tradicional e vulgar, como pelo pós-modernismo, existe uma tensão entre raça e classe, na qual cabe a primazia a algum dos lados, mesmo que as demandas do lado “oposto” não sejam desconsideradas por inteiro, o que evidencia, por um lado, a proeminência de um economicismo truncado, o marxismo, ou de um culturalismo truncado, o pós-modernismo (Fraser, 2002).

No entanto, essa relação de oposição ou subordinação se trata de um falso dilema, que só levanta falsos problemas teóricos, pois nas relações sociais objetivamente postas e respondidas, os

indivíduos sociais são atravessados simultaneamente por determinações de classe e de raça. Uma pessoa não será primeiro trabalhadora e, logo após, negra na sua práxis cotidiana.

Pelo contrário, será uma pessoa trabalhadora e negra, de modo que está inserida num sistema de classes e atravessada por um marcador racial que condiciona seu salário, sua qualidade de vida no trabalho, a região de sua moradia, a atitude das forças policiais em relação a si, dentre vários outros fatores (e somado a isso, há a determinação de gênero, que agrava ainda mais as condições de vida e trabalho de mulheres negras)<sup>2</sup>.

Para começar, no processo de colonização da América Latina, ponto fulcral da emergência da modernidade capitalista, a racialização dos povos foi simultânea à constituição da mão-de-obra escravizada negra e indígena para a consecução dos empreendimentos econômicos da metrópole. Desse modo, a utilização de referências fenotípicas como critério de supostas diferenças biológicas entre os povos é co-determinada e co-determinante pela escravização da população negra e indígena e sua inserção em uma estrutura de classes que tem sua contradição e dinâmicos fundamentais no antagonismo entre senhores e escravizados (Moura, 2020).

Ao reforçar oposições ou relação de subordinação entre os eixos de raça e de classe, tanto o marxismo vulgar, que descarta a inter-relação dialética constitutiva dos processos de racialização e determinação classista, quanto o pós-modernismo, que põe de lado a perspectiva da totalidade e a crítica da economia política em prol de uma visão culturalista com ênfase unilateral na identidade e na diferença, acabam por deformar os fenômenos sociais que almejam compreender e explicar.

Ademais, se assumirmos as lutas de classes como categoria explicativa dos conflitos sociais no capitalismo, insta destacar que não se trata de um conflito unívoco entre duas classes da sociedade burguesa, a burguesia e o proletariado. Primeiramente, porque se tratam das duas classes fundamentais, mas não as únicas. Em segundo, porque, como bem notou Domenico Losurdo (2015), Marx e Engels nunca trabalharam com uma ideia unívoca de luta de classes. Para os dois comunistas, as lutas de classes são plurais e assumem formas diversificadas nas mais diferentes épocas históricas, sociedades e situações concretas em que emergem. As lutas de classes, assim, assumem múltiplas configurações e expressões, das quais se destacam a luta econômica, questão nacional, o patriarcado e o racismo.

---

<sup>2</sup> Como aduz Sílvio de Almeida (2019, p. 185) “são indivíduos concretos que compõem as classes à medida que constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo”.

No tocante a essas determinações relacionais, vale enfatizar que, ainda que a relação entre tais eixos sejam recíprocas e co-determinantes, tal nexos não dissolve as diferenças específicas entre os momentos. Segundo Florestan Fernandes (2017), em relação à conexão entre raça e classe, um não esgotam o outro e tampouco se esgotam no outro<sup>3</sup>.

Por isso, julgamos acertado quando Fraser propõe “uma teoria unificada, na qual todos os modos de opressão (gênero, “raça, classe) estejam estruturalmente ancorados numa única formação social – no capitalismo”, pois a sociabilidade do capital produz e reproduz a todo momento “gênero, raça e classe como eixos de dominação que se atravessam” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 129), porém frisa-se que a unidade não dissolve as diferenças específicas das determinações de raça, classe e gênero, pois os três pilares da dominação e exploração capitalista se constituem como uma unidade do diverso (Marx, 2011).

Portanto, é preciso avançar para além das falsas dicotomias rumo a uma perspectiva dialética dos processos sociais, que significa tratá-los como relações sociais entre pessoas que se cristalizam em formas sociais e práticas diversificadas e articuladas entre si como uma totalidade estruturada e sincrônica, de modo que os fenômenos de dominação, exploração e opressão de raça e classe (e gênero) são partes constitutivas de uma totalidade histórico-social que se objetiva como um complexo de complexos (Lukács, 2013), cujas especificidades se relacionam contraditoriamente para a reprodução do todo do qual são parte.

## **2. A dependência e a superexploração da força de trabalho como particularidade do capitalismo brasileiro**

Superado o falso dilema entre raça e classe, que mutila a totalidade social e suas conexões internas, cabe voltar-nos ao que especifica e confere os traços específicos da sociedade brasileira, que repousa sobre o modo de produção capitalista, para então compreender como a racialização das relações sociais é parte indissociável, condicionada e condicionante, do caráter peculiar das relações sociais brasileiras no âmbito da configuração global do capitalismo.

Como pontapé inicial para a discussão, a breve conceituação de Mészáros sobre o que significa capitalismo ajuda a delimitar bem o que se compreende como o fundamento

---

<sup>3</sup> Nas palavras do sociólogo brasileiro, “ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e sofrer discriminações e violências” (Fernandes, 2017, p. 84).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

econômico-social da sociedade brasileira. Segundo o marxista húngaro, “capitalismo é um modo de produção caracterizado pela extração da mais-valia para efeito de produção e reprodução do capital em escala sempre crescente” (Mészáros, 2008, p. 22). Esse conceito, sem dúvidas, consegue destacar a essencialidade do capitalismo, isto é, de que se trata de um modo de produção de riqueza orientado para a acumulação desmedida do capital mediante a exploração da força de trabalho através da mais-valia.

Como Marx demonstrou n’O Capital (2017), o modo de produção capitalista se edifica na produção universal de mercadorias, cujo o valor, medido pelo tempo socialmente necessário para a produção de um valor de troca, é categoria que realiza a mediação das relações entre as pessoas no processo de interação econômica. Esse valor, inicialmente propriedade adjetiva das mercadorias no intercâmbio entre valores de uso diversos, é substantivado e tornado sujeito pela produção universal mercantil, voltada para a troca, e constitui-se como capital a ser valorizado desmedidamente, o que só é possível por intermédio do papel ativo do sujeito criador de valor na esfera da produção, a força de trabalho.

Com efeito, como tudo é mercadoria, a força de trabalho também o é, de modo que também tem valor, que se mede pela quantidade de trabalho necessária para reproduzir suas condições de subsistência. As condições sociais que são a novidade do capitalismo repousam na criação de um campo societal em que existe uma massa de despossuídos despojados de seus meios e instrumento de trabalho, contexto que os coage economicamente a vender sua força de trabalho para os proprietários dos meios de produção como meio de garantir sua sobrevivência cotidiana, ao mesmo tempo em que produzem trabalho excedente (mais-valia) para a valorização do capital.

Essas considerações são fundamentais para a compreensão dos caracteres gerais da sociedade capitalista. No entanto, ainda se encontram em alto nível de abstração, visto que as determinações mais gerais do capitalismo emergem factualmente nas mais diversas realidades em conjunção a fatores históricos, geográficos, demográficos, culturais, etc. Como observou Jacob Gorender (2016, p. 77, grifos do autor):

Com a teoria geral do modo de produção capitalista, Marx não elaborou um modelo – operacional e conveniente –, porém sistematizou categorias e leis que, sob formas *particulares*, manifestam-se em todos os países nos quais o modo de produção capitalista se desenvolveu. Cumprindo notar que o *particular* não é um exemplo do geral, conforme a desastrosa confusão estabelecida pelo mecanicismo stalinista, e sim a existência do geral mais rica de determinações do que o próprio geral.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assim, é preciso extrair da especificidade de cada realidade nacional e cultural a forma que se entifica a sociedade da produção universal de mercadorias na sua particularidade, ou em outras palavras, voltando para o objeto desse trabalho, como a lei do valor se realiza em solo brasileiro como “existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral”.

Por essas razões, a categoria de formação social é a ferramenta heurística que possibilita esse ganho de concretude e densidade na apreensão do capitalismo brasileiro, suas determinações mais gerais e específicas. Sobre o significado teórico dessa categoria, Antonio Carlos Mazzeo assim destaca:

É na mediação entre a particularidade e a universalidade que se estabelecem as concreções do modo de produção geral – o capitalismo. Assim, a particularidade, enquanto concreção da universalidade, não é mais do que a própria formação social (Mazzeo, 2015, p. 71).

Desse modo, pode-se entender a formação social como a concreção e particularização de um determinado modo de produção. Na sociedade brasileira, objeto deste trabalho, o capitalismo se objetiva historicamente na particularidade contingencial de uma sociabilidade que guarda raízes genéticas no colonialismo português, que impôs ao solo brasileiro uma produção latifundiária, escravista e agroexportadora, cuja orientação era inteiramente para a metrópole portuguesa, situação que não se anulou com a independência política, pois a produção econômica manteve o caráter agroexportador escravista e voltado para o mercado externo, ainda que sem o cordão do pacto colonial (Santos 1994).

Dessa realidade, destaca-se a natureza dependente das relações capitalistas no Brasil, que se estendem por toda a América Latina, na acepção clássica de Ruy Mauro Marini. Segundo Marini, o capitalismo da América Latina (*sui generis*) apresenta particularidades em relação aos países capitalisticamente avançados, que só podem ser devidamente postas sob escrutínio através de uma perspectiva global do sistema capitalista, em âmbito nacional e internacional (Marini, 2022). Com esse entendimento, além das leis gerais do modo de produção capitalista, também se objetivam leis específicas à realidade latino-americana, que conferem um caráter particular das contradições postas e repostas pelo capitalismo nessas realidades.

Nessa linha, afirma Marini (2022), com o rompimento dos laços coloniais que subordinavam politicamente o Brasil à Portugal, os mecanismos de subordinação econômica não deixaram de subsistir, o que ensejou a configuração de uma relação de dependência entre as formas econômicas capitalistas brasileiras e o capitalismo avançado do centro, em particular a





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos. Nos termos de Marini, a dependência pode ser entendida:

Como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2022, p. 171)

Nesse sentido, a subordinação econômica do capitalismo brasileiro, antes determinada pela subordinação política colonial, se reconfigura em bases novas, que mantém a independência formal do país ao mesmo tempo que cristaliza leis específicas do capitalismo local, que se articulam simbioticamente às determinações mais gerais investigadas por Marx.

Dada essa situação, condicionada pelo papel subordinado da formação social brasileira no mercado mundial, que a especializou na produção de produtos agrícolas (oferta de alimentos) para o mercado interno europeu, bem como também de matérias-primas para abastecer a revolução industrial no centro, o capitalismo brasileiro é constringido pelo desnivelamento entre a queda (depreciação) no preço dos seus produtos primários e alimentos exportados e a estabilidade/queda mais lenta do preço dos bens industriais importados, de modo que os termos de troca são deteriorados e resultam na transferência de parte do valor produzido internamente para as cadeias centrais do capitalismo global (Marini, 2022).

Conforme assinala Mathias Seibel Luce, essas transferências de valor importam na “não-identidade entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado”, também chamadas de “transferência de valor como intercâmbio desigual” (Luce, 2018, p. 36). Em palavras mais claras, o montante da riqueza social produzida no capitalismo dependente não é apropriado em sua totalidade pelo país que a produziu, pois parte do valor produzido internamente é transferido para os países centrais da divisão internacional do trabalho.

Por consequência, enquanto os países capitalistas avançados desenvolvem seu processo de acumulação por meio do aumento da produtividade social do trabalho e a predominância da mais-valia relativa na produção de bens industriais, o Brasil, como formação social capitalista dependente, tem obstruídas suas possibilidades de expansão econômica pela mesma via, graças à sua posição subordinada no sistema de hierarquias do mercado mundial, que confina seu papel no fornecimento de bens primários para o mercado internacional.

A produtividade desigual entre o Brasil dependente aos países capitalistas avançados provoca, na divisão internacional do trabalho, diversos mecanismos de transferência de valor que



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

burlam a equivalência da troca, a qual tem por marco primário o intercâmbio entre mercadorias de mesmo valor, situação que não vige quando se trata de intercâmbio entre setores de produção diferentes (troca de bens primários por bens industriais).

Essa debilidade econômica do capital brasileiro, que se dá por meio de mecanismos os mais diversos (serviço dívida, deterioração dos termos de troca, dependência tecnológica, royalties, lucros, dividendos) (Luce, 2018), coage, pelas leis da própria forma econômica capitalista dependente, a burguesia nacional a buscar formas de compensar a perda de valor na esfera do intercâmbio desigual da dependência e ela faz isso na esfera da produção interna, lócus da contradição capital x trabalho na realidade nacional do capitalismo brasileiro.

Segundo a teoria da dependência esboçada por Marini, e isso é a sua grande contribuição teórica, a burguesia dos países dependentes, como o Brasil, não buscam se contrapor ao desequilíbrio que impera nas conexões com os países centrais no mercado mundial. Pelo contrário, essa debilidade econômica é garantia de seu poder político. Desse modo, para compensar as perdas na esfera da circulação de mercadorias global, as personificações do capital nos países dependentes buscam repor sua renda por meio do aumento da exploração da força de trabalho no âmbito interno (Marini, 2022).

O caráter particular dessa relação de aumento da exploração da força de trabalho nacional na formação social brasileira é chamado de superexploração da força de trabalho. Trata-se de uma modalidade particular de compensação de valor que articula e entrelaça o aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a redução do fundo de consumo do trabalhador em prol do aumento do fundo de acumulação<sup>4</sup>.

Com efeito, a troca desigual impõe em maior força as tendências de esgarçamento da força de trabalho dependente pela superexploração por meio do aguçamento dos métodos de extração do trabalho excedente dentro das unidades produtivas. As consequências dessa configuração particular do comando do capital sobre o trabalho é que os mecanismos extensivos e intensivos de extração de trabalho bloqueiam ao trabalhador as condições de reposição do desgaste de sua força de trabalho, seja pela imposição de uma maior quantidade de trabalho do que o normal, seja pela negação do consumo indispensável à conservação da força de trabalho

---

<sup>4</sup> Nos termos de Marini (2022, p. 188): “Os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva”.

em condições físicas normais. Em termos da crítica da economia política, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor no capitalismo dependente (Marini, 2022).

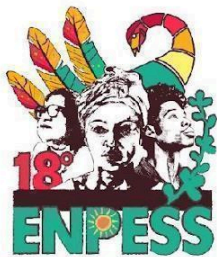
A natureza superexploratória do capitalismo dependente é constatada empiricamente pelo salário mínimo necessário do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O cálculo de sua magnitude se baseia na capacidade de atender as necessidades básicas do trabalhador ou trabalhadora e de sua família, e segundo DIEESE, o salário mínimo necessário em maio de 2024 deveria ser de R\$ 6.946,37 (DIEESE, 2024). Ou seja, há uma defasagem de R\$ 5.354,37 em relação ao mínimo fixado em lei, que comprova a sucção de parte do trabalho necessário do proletariado brasileiro pelo fundo de acumulação do capital.

Como se pode ver, a particularidade superexploratória da força de trabalho nacional é condição essencial da forma econômica que assumiu o capitalismo em solo brasileiro. Mesmo com a industrialização relativa no decorrer do século XX, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros sempre foram submetidos a mecanismos gravosos de extração do trabalho excedente, que comprimem sua capacidade de adquirir mercadorias para sua subsistência. O modo de produção capitalista no Brasil, em diferença ao que ocorre na Europa ou nos Estados Unidos, se reproduz pela indiferença do consumo de sua classe trabalhadora, pois a produção de mercadorias é predominantemente orientada para o mercado externo, legitimando a corrosão e desgaste prematuro da força de trabalho brasileira.

Posto isso, a fim de apreender o fenômeno objetivo da dependência, da superexploração e sua imposição cotidiana à realidade brasileira, é essencial destacar os elementos e mediações econômicas, culturais e ideológicas que conformam a reprodução das leis tendenciais expostas acima. Eis o *locus* e a centralidade do racismo no capitalismo brasileiro como elemento encaminizador da superexploração, conforme será exposto no próximo tópico.

### **3. Classificação racial e superexploração do trabalho: a imbricação entre classe e raça no capitalismo dependente brasileiro**

Como visto, a dinâmica econômica interna do capitalismo brasileiro se reproduz pela superexploração da força de trabalho nacional. O significado econômico-político desse quadro é que a remuneração da camada assalariada do país é paga abaixo do valor da força de trabalho, isto é, as condições de reposição das condições físicas do trabalhador. No entanto, para que esse mecanismo econômica subsista e se expanda em escala contínua, a formação social brasileira



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

comporta mediações econômicas, culturais e ideológicas que tem seu núcleo na racialização das relações sociais.

As raízes genéticas do capitalismo brasileiro são indissolúvelmente atadas à escravização de negros, negras e indígenas na estrutura econômica do Brasil colonial, bem como no monárquico. Como aduziu Clóvis Moura (2020), o dinamismo da sociedade de classes no Brasil do modo de produção escravista residiu na contradição fundamental entre senhores e escravos que, no campo cultural e valorativo das classes dominantes e da própria sociabilidade como um todo, ensejou uma hierarquização étnica baseada na cor e na origem de nascimento.

Com efeito, dada a ordenação classificatória de matizes cromáticos da fenotipia dos indivíduos sociais que conferia uma valorização negativa às pessoas que se inseriam ou se aproximavam da pele preta, marcada como etnicamente inferior, a miscigenação, ao contrário da ficção da democracia racial, “hierarquizou (via discriminação étnica) os estratos não brancos nas suas diversas gradações” (Moura, 2020, p.202), o que configurou um gradiente diferenciado de julgamentos de valor para cada esfera cromática da composição étnica do Brasil<sup>5</sup>.

Esse componente racista, que parte da base econômica escravista e refrata nos complexos culturais e políticos da sociedade brasileira, não foi suprimido pela abolição da escravatura que universalizou legalmente o trabalho assalariado no Brasil. Com a dominância da produção capitalista na sua particularidade dependente, os traços relacionais da racialização se reconfiguraram, com a manutenção da sincronia entre a estratificação étnica e a estratificação social na sociedade brasileira<sup>6</sup>, ainda que em bases e dinâmicas diversas, agora capitalistas.

Nesse mesmo processo, a ideologia do branqueamento, de grande popularidade na transição do escravismo colonial ao capitalismo no Brasil, que designava o negro como incapaz de ser trabalhador assalariado ao passo que favorecia a imigração de trabalhadores brancos vindos da Europa, bem como também os mecanismos legislativos como a Lei de Terras (Nº 601/1850), que obstruiu o acesso às terras por parte dos negros recém-libertos, cimentaram a configuração de complexos materiais e simbólicos de barragem e seleção étnica renovados e compatíveis com a reprodução das relações capitalistas em escala ampliada, pois disponibilizam

---

<sup>5</sup> “O ideal tipo das elites brasileiras, como ideologia de prolongamento do colonizador, continuou e continua simbolicamente sendo o branco. O antimodelo étnico e estético, como símbolo nacional, continua sendo o negro (Moura, 2020, p. 202).

<sup>6</sup> Há uma estrutura social na qual se ordenam hierarquicamente, por meio de níveis de pressão e controle de variáveis, e com diferenças irrelevantes ou pouco significativas, os membros das etnias na estrutura de estratificação social das mesmas (Moura, 2020, p. 203).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma camada significativa de despossuídos dos meios de produção, ao mesmo tempo em que o desqualificaram para exercer o trabalho “livre” no capitalismo nascente.

Sob o modo de produção escravista colonial, “as barreiras jurídicas e simbólicas e as limitações estruturais do sistema tiravam do escravo todos os direitos, impunham-lhe um imobilismo total e vitalício”, agora sob a sociedade burguesa nascente pós-1888, o negro é formalmente um sujeito de direito, livre, teoricamente apto a transacionar autonomamente na sociedade civil. No entanto, os mecanismos de barragem e seletividade étnica cujo núcleo é a estratificação das pessoas por intermédio de marcas fenotípicas, impõem à população negra uma marginalização social reproduzida cotidianamente por “técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica”, que existem para que o negro “permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas” (Moura, 2020, p.215), seja pela via da coação objetiva de uma economia estratificada pela mediação da classificação racial, seja pelas formas políticas repressivas contra a recalcitrância das camadas marginalizadas contra a ordem social.

Nesse contexto, no campo da exploração da força de trabalho nacional, Lélia Gonzalez (2020) destaca que a inserção dependente do Brasil no mercado mundial capitalista comporta a existência de um mercado de trabalho com baixa absorção na estrutura de produção. Consequentemente, a superpopulação relativa de desempregados sofre um processo de exponenciação, que por sua vez, é também cindido entre os setores funcionais (que são integrados à produção conforme conjuntura econômica) e os supérfluos, sem possibilidade de absorção, estes chamados pela autora de “massa marginal”.

A composição dessa massa marginal, segundo Gonzalez (2020, p. 27) é de:

a) parte da mão de obra ocupada pelo capital competitivo; b) maioria dos trabalhadores que buscam refúgio em atividade terciárias de baixa remuneração; maioria dos desocupados; d) totalidade da força de trabalho que, de maneira mediata ou imediata, está submetida ao capital comercial.

Diante da estruturação de barragem e seleção étnica encrustada na ordem social capitalista dependente brasileira, a população negra, e de forma mais específica, a mulher negra, é o estrato da força de trabalho com mais baixa participação na dinâmica econômica do país, de modo que “as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população” (Gonzalez, 2020, p. 27).

Essa situação de marginalização econômica racializada é confirmada na contemporaneidade pelo Relatório das Desigualdades Raciais (Campos *et al*, 2022) que demonstram a discrepância de quatro pontos percentuais entre a taxa de desocupação entre



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pretos, pardos e indígenas, com mais desempregados, por um lado, e brancos e amarelos, com menos desempregados, por outro. Segundo o mesmo documento, brancos e amarelos tem maior acesso aos empregos formais, enquanto pretos, pardos e indígenas aos empregos informais, ou seja, sem direitos e mais precarizados. E quanto à renda propriamente dita, a diferença entre os dois grupos gira, desde 2011, em torno de 1,75.

Como se pode ver, a tessitura das relações sociais do capitalismo brasileiro mesclam determinações fenotípicas com as desigualdades de classe, estatuindo aos estratos pretos, pardos e indígenas, isto é, aqueles valorados negativamente no sistema de classificação racial da sociabilidade brasileira, lugares marginais da estrutura econômica do país, por meio de técnicas de seleção que, ou expulsam grande parte dessa população à superfluidade da massa marginal, ou a absorvem com menores salários.

Não é preciso que o rebaixamento dos salários da classe trabalhadora negra achata a totalidade dos salários no seu conjunto por intermédio das leis da oferta e da procura e da existência do exército industrial de reserva, tanto o funcional como o supérfluo relegado à massa marginal, composto predominante por pessoas negras.

Contudo, no plano propriamente da articulação ideológica com a materialidade econômica das desigualdades raciais, o trabalhador branco é relativamente beneficiado com o melhor emprego, a melhor remuneração, o que lhe confere um “salário psicológico”, que é, segundo Silvio de Almeida (2019), a forma dos trabalhadores brancos racionalizarem suas perdas materiais provenientes da própria situação de classe em que estão imersos. Portanto, o racismo, é também meio de racionalização e beneficiamento relativo dos trabalhadores brancos explorados, o que já nega o caráter meramente ideológico da racialização atribuída pelo marxismo vulgar, pois tais fenômenos devem da contradição objetiva da particularização da forma econômica capitalista em solo brasileiro.

Nesse liame entre marginalização racial e desigualdade socioeconômica, que tem o condão de corroer o patamar dos salários dos trabalhadores brasileiros em sua totalidade por intermédio das estruturas de barragem e classificação racial (lembre-se do salário mínimo calculado pelo DIEESE), Clóvis Moura afirma que é o ponto onde se explicita a imbricação entre raça e classe:

O Negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. *Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes*

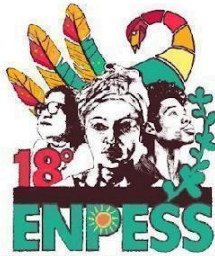
*dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (Moura, 2020, p. 215, grifos meus).*

Como discutido no tópico, a inserção dependente da formação social brasileira impõe constrições à seu desenvolvimento econômico, que tem parte da riqueza produzida transferida para os países centrais por meio do intercâmbio desigual, o que exige da burguesia nacional, no âmbito da produção, compensar suas perdas pela superexploração do trabalhador local. Assim sendo, os mecanismos de marginalização social da população negra, que viabilizam o rebaixamento geral dos salários ao um patamar inferior ao seu valor, se materializam como veículos e mediações na reprodução da superexploração da força de trabalho no capitalismo brasileiro.

‘Dessas questões, verifica-se que o racismo é dialeticamente complementar à desigualdade de classe na reprodução da superexploração específica do capitalismo dependente brasileiro. O sistema de classificação racial, ao hierarquizar, ainda que não legal ou institucionalmente, as pessoas com base na cor da pele, constitui mecanismos materiais, culturais e ideológicos que, no seu desdobramento, rebaixam o valor da força de trabalho não só da população negra, mas também da totalidade dos assalariados, brancos inclusos. Dada essa conformação, é posta em questão qualquer perspectiva que estabeleça nexos de hierarquização entre os eixos de raça e classe, pois os mesmos se interpenetram reflexivamente na realidade objetiva, sobretudo no capitalismo contemporâneo, no qual a nova morfologia da força de trabalho é cada vez mais marcada por várias clivagens de gênero, raça/etnia, geração, nacionalidade, migração, qualificação, etc (Antunes, 2020).

### **Considerações finais**

O capitalismo no capitalismo brasileiro se materializou como um sistema que, articuladas às legalidades gerais, detém leis específicas que dão concretude à sua forma de reprodução em solo nacional. Com raízes na colonização portuguesa e na escravização da população negra e indígena, a inserção do Brasil no mercado mundial se dá num polo subordinado de subdesenvolvimento que condiciona o desenvolvimento dos países centrais por intermédio de mecanismos de transferência de valor como intercâmbio desigual, que são compensadas no plano interno pela superexploração da força de trabalho nacional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

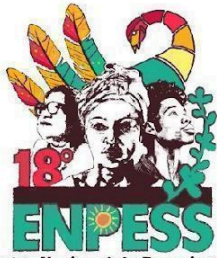
Como demonstrado, tal processo só se objetiva no Brasil por meio do sistema de classificação racial, que impõe barragens étnicas e seletividades às pessoas pretas, pardas e indígenas, resultando em menores salários, piores empregos, menos trabalho, que por sua vez achata as remunerações da totalidade dos assalariados.

Portanto, o racismo não significa mero fenômeno cultural, como querem alguns pós-modernos, nem mera ideologia, como defende o marxismo vulgar. É, na verdade, uma relação social de hierarquização fenotípica que conforma material e simbolicamente a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro. Isso significa que a chamada “questão social” no Brasil, cujo núcleo tradicional reside na contradição entre capital e trabalho, é inseparável da questão racial, o que significa que qualquer análise que perca de vista esse liame tem sérios prejuízos quanto ao enfretamento dos problemas sociais que vicejam na realidade brasileira, sobretudo quanto ao caráter que assume a luta de classes nacionalmente.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. 1ª ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen: 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CAMPOS, Luiz Augusto; BARBOSA, Rogério; RIBEIRO, Jheniffer; FERES JÚNIOR, João. Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras (2020). **Relatório das Desigualdades Raciais (GEMAA)**. IESP-UERJ: 2022, p. 1-22.
- DIEESE. **Salário Mínimo Nominal e Necessário**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 01 julho.2024.
- FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular co-edição Fundação Perseu Abramo, 2017.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro, 2002: p. 7-20.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.
- LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social 2**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência e outros escritos**. 2ª ed. rev e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- MARX, Karl. **O capital: livro 1**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- MARX, Karl. **Grundrisse**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. 1ª ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da Nova República. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.